

# RS Holding e Participações S.A

**Demonstrações financeiras  
referentes aos exercícios findos em  
31 de dezembro de 2021 e 2020 e  
relatório dos auditores  
independentes sobre as  
demonstrações financeiras**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>4</b>
<b>Balanco Patrimoniais</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto</b>	<b>12</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>13</b>

## **Relatório da Administração**

### **1. Sobre a Companhia**

#### **1.1. Aos acionistas**

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da RS Holding e Participações S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 25 de março de 2022.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da  
RS Holding e Participações S.A.**

São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da RS Holding e Participações S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da RS Holding e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

## Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão aos investimentos em controlada avaliada pelo método de equivalência patrimonial

Veja a Nota 1 e 9 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 e nº 9 a Companhia detém participação na Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. que atua no segmento de concessões rodoviárias de Porto Alegre, avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Essa controlada, em 31 de dezembro de 2021, reconheceu o montante de R\$ 308.920 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na rodovia sob concessão.</p> <p>Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional.</p> <p>A administração da controlada exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, conseqüentemente, são reconhecidos como ativos.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e o julgamento realizado pela administração para aplicação dessa política contábil que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria efetuados na investida, incluíram, mas não se limitaram a</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados com a capitalização dos custos com a construção e melhoria da infraestrutura.</li><li>- Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos.</li><li>- Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização.</li><li>- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes.</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Bottino  
Contador CRC 1SP196907/O-7

# RS Holding e Participações S.A.

Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2021</u>	<u>2020</u>		Nota	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.953	71	Debêntures	10	53.210	57.935
Aplicações financeiras	6	12.688	42.735	Impostos e contribuições a recolher		<u>1.044</u>	<u>4.350</u>
Tributos a recuperar	7	<u>11.928</u>	<u>7.127</u>				
Total do ativo circulante		<u>33.569</u>	<u>49.933</u>	Total do passivo circulante		<u>54.254</u>	<u>62.285</u>
				<b>Não circulante</b>			
				Debêntures	10	533.588	577.526
				Impostos diferidos	8b	<u>3.546</u>	<u>4.137</u>
<b>Não circulante</b>				Total do passivo não circulante		<u>537.134</u>	<u>581.663</u>
<b>Realizável a longo prazo</b>							
Aplicações financeiras - conta reserva	6	18.979	12.371				
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	11a	585.899	585.899
<b>Investimentos</b>	9	<u>1.248.599</u>	<u>1.207.218</u>	Reserva de lucros	11c	123.860	37.491
				Dividendo adicional proposto	11d	<u>-</u>	<u>2.184</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.267.578</u>	<u>1.219.589</u>	Total do patrimônio líquido		<u>709.759</u>	<u>625.574</u>
Total do ativo		<u>1.301.147</u>	<u>1.269.522</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.301.147</u>	<u>1.269.522</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# RS Holding e Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
<b>Despesas operacionais</b>			
<b>Despesas gerais e administrativas</b>			
Serviços		(356)	(4)
Impostos, Taxas e Despesas com Cartório		(1)	(12)
Editais e publicações		(13)	-
Despesas legais e judiciais		(41)	(19)
Outros		3	(1)
		<u>(408)</u>	<u>(36)</u>
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	9	177.468	122.166
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		177.060	122.130
Resultado financeiro	12	<u>(41.561)</u>	<u>(22.110)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		135.499	100.020
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8b	<u>524</u>	<u>(4.137)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>136.023</u>	<u>95.883</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# RS Holding e Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	136.023	95.883
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u>136.023</u>	<u>95.883</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# RS Holding e Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Legal	Retenção de Lucros			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2020</b>	10	-	-	-	-	10
Aumento de capital em 29 de junho de 2020	585.889	-	-	-	-	585.889
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	95.883	95.883
Destinações:						
Reserva legal	-	4.794	-	-	(4.794)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 26 de outubro de 2020	-	-	-	-	(43.357)	(43.357)
Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2020 (líquido)	-	-	-	-	(10.923)	(10.923)
Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2020 (IRRF)	-	-	-	-	(1.928)	(1.928)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	2.184	(2.184)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	32.697	-	(32.697)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>585.899</b>	<b>4.794</b>	<b>32.697</b>	<b>2.184</b>	<b>-</b>	<b>625.574</b>
Distribuições de dividendos em 23 de abril de 2021	-	-	(1.316)	(2.184)	-	(3.500)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	136.023	136.023
Destinações:						
Reserva legal	-	6.801	-	-	(6.801)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 26 de novembro de 2021	-	-	-	-	(32.588)	(32.588)
Juros sobre capital próprio em 26 de novembro de 2021 (líquido)	-	-	-	-	(13.387)	(13.387)
Juros sobre capital próprio em 26 de novembro de 2021 (IRRF)	-	-	-	-	(2.363)	(2.363)
Reserva de retenção de lucros	-	-	80.884	-	(80.884)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>585.899</b>	<b>11.595</b>	<b>112.265</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>709.759</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**RS Holding e Participações S.A.**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
*(Em milhares de Reais)*

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	136.023	95.883
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(591)	4.137
Juros e variação monetária sobre debêntures	38.096	18.086
Equivalência patrimonial	(177.468)	(122.166)
Rendimento de aplicação financeira	1.057	-
	<u>(2.883)</u>	<u>(4.060)</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
<b>(Aumento) redução dos ativos</b>		
Tributos a recuperar	(4.801)	(7.127)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	136.087	147.883
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>		
Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social	(3.306)	4.350
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<u>125.097</u>	<u>141.046</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aplicações financeiras líquidas de resgate	28.990	(42.735)
Aplicações (conta reserva)	(6.608)	(12.371)
<b>Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento</b>	<u>22.382</u>	<u>(55.106)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Debêntures		
Pagamento de principal	(56.000)	(56.000)
Pagamento de juros	(30.759)	(13.230)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(51.838)	(56.208)
Integralização de capital	-	39.559
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>	<u>(138.597)</u>	<u>(85.879)</u>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>8.882</u>	<u>61</u>
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	71	10
No final do exercício	8.953	71
	<u>8.882</u>	<u>61</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

#### **1. Contexto operacional**

A Companhia RS Holding e Participações S.A (“Companhia”) foi constituída em 26 de novembro de 2019, como uma sociedade por ações de capital fechado, tendo como objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista, domiciliada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, sala 1, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia é acionista direta com participação 100% da seguinte Companhia:

**CCR ViaSul (ViaSul):** Em 21 de novembro de 2018, foi constituída a Concessionária das Rodovias Integradas do Sul (ViaSul), a qual é responsável pela operação e manutenção de 473,4 km de rodovias federais no estado do Rio Grande do Sul a partir de 11 de janeiro de 2019, data de assinatura do contrato de concessão. O prazo de concessão vai até 14 de fevereiro de 2049. Em 15 de fevereiro de 2019, foi iniciada a operação comercial da ViaSul.

##### **1.1. Efeitos da pandemia do COVID-19**

A Companhia acredita que já ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que pudessem afetar a continuidade operacional da Companhia. A Companhia possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. No entanto, devido à incerteza quanto a duração da pandemia da COVID-19, periodicamente, revisamos nossas análises para refletir eventuais mudanças no cenário econômico e impactos nas operações.

Dentre diversas iniciativas que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda está vigente:

- Acompanhamento dos cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Até o momento não foram identificados problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam quebra de *covenants* da Companhia.

#### **2. Principais práticas contábeis**

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente no exercício apresentado nas demonstrações financeiras.

##### **a) Investimentos**

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em Controlada.

- Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

## **RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

#### ***b) Instrumentos financeiros***

##### Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

##### Classificação e mensuração subsequente

###### Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

###### Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

## **RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e sua Controladora CCR a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

## RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<b>Ativos financeiros a VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

#### Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

#### Desreconhecimento

##### Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
  - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
  - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

##### Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

## **RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

#### Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### ***c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras***

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

#### ***d) Receitas e despesas financeiras***

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício.

As despesas financeiras podem compreender as taxas, comissões e outras despesas financeiras, as quais são registradas através do resultado do exercício.

#### ***e) Imposto de renda e contribuição social***

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

## **RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de passageiros, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

#### ***f) Adoção inicial de normas novas e alterações***

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2021, as seguintes novas normas:

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### **Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48, CPC 08, CPC 40 e CPC 11**

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11 relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de hedge.

#### **Arrendamentos – Alterações ao CPC 06 (R2):**

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

## **RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando o CPC 06 (R2) como se fosse uma modificação de arrendamento.

Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e
- c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

#### ***g) Novas normas ainda não efetivas***

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após junho de 2021 (alteração ao CPC 06);
- Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alteração ao CPC 25);
- Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15;
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26;
- Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26;
- Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32).

### **3. Apresentação das demonstrações financeiras**

#### **Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

## **RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas por enquadrar-se no item 4A desse Pronunciamento. Além disso, sua controladora direta CCR S.A. já apresenta demonstrações consolidadas.

Em 25 de março de 2022, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

#### **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

#### **Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas na nota explicativa 13 - Instrumentos financeiros.

#### **4. Determinação dos valores justos**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixas e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

## RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

## 5. Gerenciamento de riscos financeiros

### Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de taxas de juros e inflação; e
- b) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia aos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

#### a) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações das taxas de juros nas aplicações financeiras, que são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6, 10 e 13.

#### b) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	105.550	91.095	88.090	84.194	616.898

- (a) Valores brutos dos custos de transação.

**RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 20.684 substancialmente composto por debêntures a pagar, detalhado na nota explicativa nº10. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia e sua investida gozam de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

**6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras****Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e bancos	8.850	14
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	<u>103</u>	<u>57</u>
<b>Total - Caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><u>8.953</u></u>	<u><u>71</u></u>

**Aplicações financeiras**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Circulante</b>		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	<u>12.688</u>	<u>42.735</u>
<b>Total - Circulante</b>	<u>12.688</u>	<u>42.735</u>
<b>Não circulante</b>		
Aplicações financeiras		
Conta reserva (Garantia debêntures - vide nota explicativa 10)	<u>18.979</u>	<u>12.371</u>
<b>Total - Não Circulante</b>	<u>18.979</u>	<u>12.371</u>
<b>Total - Aplicações financeiras</b>	<u><u>31.667</u></u>	<u><u>55.106</u></u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,50% do CDI, equivalente a 4,42% a.a., em 31 de dezembro de 2021 (99,50% do CDI, equivalente a 2,75% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2020).

**7. Tributos a recuperar**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Circulante</b>		
IRPJ	3.132	-
IRRF	<u>8.796</u>	<u>7.127</u>
<b>Total circulante</b>	<u><u>11.928</u></u>	<u><u>7.127</u></u>

**RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***8. Imposto de renda e contribuição social****a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	135.499	100.020
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(46.070)	(34.007)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	60.339	41.536
Juros sobre capital próprio	(13.824)	(11.611)
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (a)	53	(55)
Outros ajustes tributários	<u>26</u>	<u>-</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>524</u>	<u>(4.137)</u>
Impostos correntes	(67)	-
Impostos diferidos	<u>591</u>	<u>(4.137)</u>
	<u>524</u>	<u>(4.137)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>0,39%</u>	<u>4,14%</u>

(a) Diferenças temporárias não constituídas por não haver expectativa de geração de lucro tributável no longo prazo.

**b. Impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<u>2020</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>Saldo em 2021</u>		
			<u>Valor líquido</u>	<u>Ativo fiscal diferido</u>	<u>Passivo fiscal diferido</u>
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	-	16	16	16	-
Custo de Transação de Empréstimos	(4.137)	575	(3.562)	-	(3.562)
Impostos passivos antes da compensação	(4.137)	591	(3.546)	16	(3.562)
Compensação de imposto	-	-	-	(16)	16
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	<u>(4.137)</u>	<u>591</u>	<u>(3.546)</u>	<u>-</u>	<u>(3.546)</u>

**RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Reconhecido no resultado	Saldo em 2020	
		Valor líquido	Passivo fiscal diferido
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(4.137)	(4.137)	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(4.137)	(4.137)	-
Compensação de imposto	-	-	(4.137)
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(4.137)	(4.137)	(4.137)

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no exercício de 2022.

(b) Diferenças temporárias referente ao custo de transação incorrido na emissão de debêntures.

**9. Investimentos****a. Investimentos em controlada**

Controlada	Atividade principal	Local de constituição e operação	Percentual de participação	
			2021	2020
ViaSul	Concessão rodoviária	Brasil (RS)	100%	100%

**b. Composição dos investimentos**

	Patrimônio líquido		Investimentos		Resultado líquido do exercício da investida		Resultado de equivalência patrimonial	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
ViaSul	1.248.599	1.207.218	1.248.599	1.207.218	177.468	163.575	177.468	163.575

**c. Movimentação dos investimentos**

	Saldo inicial	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Saldo final
	2020		2021	
ViaSul	1.207.218	177.468	(136.087)	1.248.599

**d. Informações financeiras resumidas da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. ("ViaSul")**

	2021				2020			
	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do exercício	Lucro líquido do exercício	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do exercício	Lucro líquido do exercício
ViaSul	1.342.092	93.492	708.850	177.468	1.295.947	88.729	639.113	163.575

Não há remuneração da Administração, pois os administradores da Companhia são os mesmos da investida, a Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. – ViaSul S.A. – (ViaSul).

**10. Debêntures**

**RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)</u>	<u>Custo de transação incorrido</u>	<u>Saldos dos custos a apropriar em 2021</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
1. 5ª Emissão - Série única	CDI + 1,50% a.a.	1,8059% (a)	14.017	10.474	Outubro de 2031	586.798	635.461 (b)
Total geral				<u>10.474</u>		<u>586.798</u>	<u>635.461</u>
<b>Circulante</b>							
Debêntures						54.772	59.628
Custos de transação						<u>(1.562)</u>	<u>(1.693)</u>
						<u>53.210</u>	<u>57.935</u>
<b>Não Circulante</b>							
Debêntures						542.500	588.000
Custos de transação						<u>(8.912)</u>	<u>(10.474)</u>
						<u>533.588</u>	<u>577.526</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

**Garantia:**

- (b) Garantia real.

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas ao contrato de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- Em 29 de junho de 2020, após a concordância dos debenturistas, ocorreu a cessão da 5ª emissão de debêntures da Companhia de Participações em Concessões (CPC) para a Companhia, tornando-se a 1ª emissão de debêntures da Companhia, mantidas as condições originais contratadas.

As garantias foram adaptadas ao contexto da cessão das debêntures, sendo: (i) a cessão fiduciária de todo e qualquer direito creditório que venha a ser pago pela ViaSul à Companhia a título de bonificação de ações e/ou dividendo, juros sobre o capital próprio, ou qualquer outra forma de distribuição de resultados da ViaSul à Companhia em razão da participação detida pela Companhia na ViaSul; (ii) conta reserva, de titularidade da Companhia; (iii) conta dividendos, de titularidade da Companhia; (iv) alienação fiduciária da Companhia.

Em 30 de abril de 2021, ocorreu o pagamento parcial das parcelas de principal e juros.

Em 1º de novembro de 2021, ocorreu o pagamento parcial das parcelas de principal e juros.

No exercício de 2021, ocorreu pagamento de principal no valor de R\$ 56.000 e pagamento de juros no valor de R\$ 30.759 conforme as cláusulas do contrato. Não ocorreram novas captações ou liquidações de debêntures.

Conforme cláusula quarta do contrato firmado das debêntures, a Companhia deve efetuar depósitos em conta reserva, na qual permanecerão bloqueados durante todo o prazo do contrato das debêntures. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo aplicado totaliza R\$ 18.979.

**Cronograma de desembolso (não circulante)**

**RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

	<b>2021</b>
2023	35.000
2024	35.000
2025	35.000
2026 em diante	437.500
(-) Custo de transação	(8.912)
	<u>533.588</u>

**11. Patrimônio líquido****a. Capital social**

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 585.899, composto por 585.898.993 ações nominativas ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

**b. Reserva Legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Contudo a Lei permite deixar de constituir a reserva legal no exercício, em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

**c. Reserva de retenção de lucros**

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária.

**d. Dividendos**

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 23 de abril de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária (AGO), o pagamento de dividendos a título de dividendos adicionais propostos em 2021, no montante de R\$ 2.184, correspondentes a R\$ 0,00372760497 por ação ordinária e o saldo dos lucros referentes a 2020 no montante de R\$ 1.316, correspondentes a R\$ 0,00224612095 por ação, inicialmente destinados à constituição de Reserva de Retenção de Lucros. Os mesmos foram pagos em 28 de abril de 2021.

Em 26 de novembro de 2021, foi aprovado em Reunião do Conselho da Administração (RCA), o pagamento de dividendos à conta de dividendos intermediários do exercício de 2021, no montante de R\$ 32.588 correspondentes a R\$ 0,005562050864 por ação ordinária, à conta dos lucros apurados entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2021.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2021, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

**RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	136.023
(-) Constituição de reserva legal	<u>(6.801)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>129.222</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro ajustado	<u>32.306</u>
Juros sobre capital próprio pagos (líquido de IRRF)	13.387
Dividendos intermediários pagos	<u>32.588</u>
Total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos	<u>45.975</u>
Dividendos pagos excedente ao mínimo obrigatório	<u>13.670</u>

**e. Juros sobre capital próprio**

Em 26 de novembro de 2021, foi aprovado em Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$ 15.750 relativo ao lucro do exercício, sendo após a dedução do imposto de renda retido na fonte no montante de R\$ 2.363, o valor líquido de R\$ 13.387, pagos em 29 de novembro de 2021.

**12. Resultado financeiro**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Juros sobre debêntures	(38.096)	(18.086)
Pis e Cofins sobre JCP	(5.233)	(4.347)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(3)	(39)
	<u>(43.332)</u>	<u>(22.472)</u>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.446	362
Juros e outras receitas financeiras	325	-
	<u>1.771</u>	<u>362</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(41.561)</u>	<u>(22.110)</u>

**RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

**13. Instrumentos financeiros**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

**Instrumentos financeiros por categoria**

	2021		2020	
	Valor justo através do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<b>Ativos</b>				
Caixa e bancos	8.850	-	14	-
Aplicações financeiras	12.791	-	42.792	-
Aplicações financeiras - conta reserva	18.979	-	12.371	-
<b>Passivos</b>				
Debêntures (a)	-	(586.798)	-	(635.461)
	<u>40.620</u>	<u>(586.798)</u>	<u>55.177</u>	<u>(635.461)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras – conta reserva** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com a recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

## RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** – Caso fosse adotado o critério de reconhecer esse passivo pelo seu valor justo (nível 2), o saldo apurado seria o seguinte:

	2021		2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	597.272	636.885	647.628	429.418

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

#### Hierarquia de valor justo

A Companhia possui o saldo abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, o qual está qualificado a seguir:

	2021	2020
<b>Nível 2:</b>		
Aplicações financeiras	31.770	55.163

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

#### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

**RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros**

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre o contrato de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2021 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ <sup>(4) e (5)</sup>	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 5ª Emissão	CDI <sup>(2)</sup>	Outubro de 2031	597.272	(64.160)	(77.967)	(91.772)
Aplicação financeira (CDB) <sup>(3)</sup>	CDI <sup>(2)</sup>		31.770	1.773	2.208	2.641
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(62.387)</u>	<u>(75.759)</u>	<u>(89.131)</u>
A taxas de juros considerada foi <sup>(1)</sup> :						
			CDI <sup>(2)</sup>	9,15%	11,43%	13,72%

- (1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pela B3;
- (3) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixadas;
- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2021, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

**14. Demonstrações dos fluxos de caixa**

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Transferência de investimento	-	(1.232.935)
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<u>-</u>	<u>(1.232.935)</u>
Cessão Debêntures	-	686.605
Aumento de Capital	-	546.330
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<u>-</u>	<u>1.232.935</u>

- b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

**RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***c. Reconciliação das atividades de financiamento**

	<b>Debêntures</b>	<b>Dividendos e Juros sobre capital próprio</b>	<b>Total</b>
Saldo Inicial	(635.461)	-	(635.461)
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>			
Pagamentos de principal e juros	86.759	-	86.759
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	51.838	51.838
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>86.759</b>	<b>51.838</b>	<b>138.597</b>
<b>Outras variações</b>			
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(38.096)	-	(38.096)
Outras variações que não afetam caixa	-	(51.838)	(51.838)
<b>Total das outras variações</b>	<b>(38.096)</b>	<b>(51.838)</b>	<b>(89.934)</b>
Saldo Final	<b>(586.798)</b>	<b>-</b>	<b>48.663</b>

\*\*\*

**RS HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

**Composição do Conselho de Administração**

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Pedro Paulo Archer Sutter	Conselheiro
Roberto Penna Chaves Neto	Conselheiro

**Composição da Diretoria**

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor Presidente
Marcio Yassuhiro Iha	Diretor

**Contador**

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti  
CRC 1SP190868/O-0